

**LEI N.º 018 DE 04 DE JUNHO DE 1998.**

**“ Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias de São José do Barreiro - SP , para o Exercício Financeiro de 1999 e dá outras providências correlatas”**

**MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA SANTOS**, Prefeito Municipal de São José do Barreiro, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal de São José do Barreiro, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1.º:- De conformidade com o art. 165, parágrafo 2.º - II, da Constituição Federal de 05 de outubro de 1998, com o art. 174, II, da Constituição do Estado de São Paulo, e Lei Orgânica do Município, parágrafo 2.º - II, art. 196, ficam estabelecidos, nos termos desta Lei das Diretrizes Orçamentárias - L.D.O. - que fixa parâmetros para o Exercício Financeiro de 1999 ( mil novecentos e noventa e nove ).

Artigo 2.º :- O Projeto de Lei Orçamentário Anual, do Município de São José do Barreiro, Estado de São Paulo, para o Exercício Financeiro de 1999 ( mil novecentos e noventa e nove ), será elaborado em observância às diretrizes fixadas nesta Lei de Diretrizes Orçamentárias, que compreenderá as metas, e prioridades da Administração Municipal que orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual e disporá sobre as alterações na Legislação Tributária.

Parágrafo 1.º:- A Proposta Orçamentária Anual, compreenderá o Orçamento de todos os órgãos da Administração Municipal, inclusive os Fundos Municipais, integrando numa peça única, o Poder Executivo e Legislativo, dentro dos princípios da legalidade, universalidade, anualidade e anterioridade.

Parágrafo 2.º:- A Proposta Orçamentária para o Exercício de 1999 ( mil novecentos e noventa e nove ), será encaminhada até 30 de setembro do corrente exercício, para apreciação e votação da Câmara Municipal.

Parágrafo 3.º : - Na estimativa da Receita, considerar-se-á a tendência do exercício anterior e, os efeitos das modificações na Legislação Tributária Federal, Estadual e Municipal.

Parágrafo 4.º : - Os valores da Receita e da Despesa, contidos no Orçamento Anual para 1999 ( mil novecentos e noventa e nove ) e, bem como, os quadros que o integrarão, serão expressos em reais, a moeda corrente no País.

Parágrafo 5.º:- A Proposta Orçamentária Anual, fixará em quadros demonstrativos hipóteses inflacionárias mensais, que serão adotadas no período de janeiro a dezembro, para fins de parâmetro, como ponto norteador, para as estimativas fixadas, no Orçamento Público, do Exercício Financeiro correspondente.

Parágrafo 6.º :- A Proposta Orçamentária Anual, fixará, também critérios para atualização das dotações orçamentárias, a serem aplicadas durante o transcorrer do Exercício Financeiro de 1999 ( mil novecentos e noventa e nove ).

Parágrafo 7.º:- Os projetos em fase de execução, terão prioridades sobre os demais que forem, porventura iniciados ou, programados.

Parágrafo 8.º:- O município de São José do Barreiro, aplicará, de suas receitas resultantes de impostos, e repasses do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, conforme preceitua, a Constituição da República

Federativa do Brasil, suas alterações e Lei das Diretrizes de Base da Educação Nacional, 25% ( vinte e cinco por cento ) para assegurar a universalização do ensino fundamental obrigatório, atuando, prioritariamente no Ensino Fundamental e na Educação Infantil.

Parágrafo 9.º:- O Município, através do Decreto do Executivo poderá conceder subvenções sociais à Entidades, legalmente reconhecidas e, que prestem serviços nas áreas de Educação, Saúde e Assistência social, até o limite consignado na Lei Orçamentária Anual.

I - As entidades que não prestarem contas na forma da legislação pertinentes e, instruções de órgãos fiscalizadores, de recursos recebidos anteriormente, ficarão impedidas de receberem novos recursos, sob quaisquer títulos.

Parágrafo 10 :- O Poder Executivo, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá a seleção de programa, projetos e atividades, estabelecidas em Plano Plurianual de Governo, para serem incluídas em Propostas Orçamentárias Anuais.

Parágrafo 11 :- O Poder Executivo, poderá firmar convênio com outras entidades e esferas de governo para desenvolver programas nas áreas de Educação, Cultura e Saúde, além de outras que forem objetos de autorização pela Câmara Municipal.

Parágrafo 12 :- Na Programação da Despesa Orçamentária e Extra, o Executivo atenderá aos seguintes objetivos:

I - Manter o equilíbrio entre a Receita e a Despesa, de modo a reduzir a percentuais mínimos, as eventuais insuficiências de caixa e desequilíbrio financeiro.

II - Assegurar, em tempo hábil, os recursos necessários e suficientes à melhor execução do programa anual de trabalho, de cada área de Administração Municipal.

## C APITULO 2

### DA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Artigo 3.º:- A Proposta Orçamentária Anual, que o Poder Executivo encaminhará ao Legislativo compor-se-á de:

I - Mensagem

II - Projeto de Lei Orçamentária

III - Quadros Demonstrativos conforme paragrafo 1.º, inciso I, II, III e IV, e parágrafo 2.º, incisos II, III, da Lei Federal n.º 4320, de 17 de Março de 1964m com as classificações Institucional, Econômica e Programática

IV - Programa de Trabalho do governo

V - Metas e prioridades da Administração Municipal, incluindo as despesas correntes e de capital

## CAPITULO 3

### DAS PROPOSTAS RELATIVAS A PESSOAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BARREIRO  
Rua José Bento Teixeira - 45

**Artigo 4.º :-** A Administração Municipal, adotará, conforme preceitua o art. 37, II, da Constituição Federal, o Concurso Público para investidura em cargo ou emprego público, ressalvados os cargos em comissão, declarados em leis, de livre nomeação e exoneração.

**Artigo 5.º:-** A fixação de valores das orçamentárias destinadas a atender despesas com pessoal e encargos, dar-se-ão na conformidade do Quadro de Cargos e Funções, preenchidos na forma da legislação vigente.

**Artigo 6.º:-** As despesas com pessoal, compreendendo os Servidores Municipais e, o Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e Presidente da Câmara Municipal ficam limitadas 60% ( sessenta por cento ) de conformidade com os princípios constitucionais, atuais vigentes.

**Artigo 7.º:-** Serão previstas na Proposta Orçamentária Anual, as despesas de pessoal, com promoção, benefícios e vantagens decorrentes da legislação vigente à época da elaboração da proposta orçamentária referida.

#### CAPITULO 4

#### DAS PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

**Artigo 8.º:-** O Poder Executivo, enviará, quando necessário, à Câmara Municipal, Projetos de Lei, dispondo sobre alterações na Legislação Tributária Municipal.

**Artigo 9.º:-** No decorrer do exercício corrente, poderá ser votada a Legislação Tributária para vigir no exercício de 1999 ( mil novecentos e noventa e nove ), bem como as demais:

**Artigo 10:-** O Código Tributário Municipal, deverá consolidar toda a legislação nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal.

**Artigo 11:-** O pagamento dos serviços da dívida pessoal e encargos, terá prioridades sobre as demais.

**Artigo 12:-** A liquidação de precatórios judiciais, será da ordem de sua apresentação ao Executivo.

**Artigo 13:-** As operações de crédito por antecipação da Receita Orçamentária, deverão ser liquidadas até 30 ( trinta ) dias após o encerramento do exercício, em que for contraída.

**Artigo 14:-** Os créditos suplementares abertos por decreto do Executivo, quando destinados a suprir eficiência de dotações, relativas aos serviços da dívida pública, não excederão ao limite autorizado na Lei Orçamentária Anual.

## **CAPITULO 6**

### **DO PLANO PLURIANUAL**

Artigo 15:- Qualquer alteração, no Plano Plurianual de Governo ( 1998 - 1999 - 2000 - 2001 ) deverá ser elaborada, enviada ao Legislativo, após estudos, diagnósticos e seleção de prioridades estabelecidos pelo Executivo, antes do encerramento do exercício corrente.

## **CAPITULO 7**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Artigo 16:- A Lei Orçamentária anual, deverá ser apreciada e votada pela Câmara Municipal, e ainda, devolvida, ao Executivo, para sanção, até o final do exercício de 1998, para que o Município possa realizar obras e serviços, dentro da legislação vigente.

Parágrafo 1.º:- O repasse de duodécimos para a Câmara Municipal no Exercício de 1999 será feito com base no percentual do seu orçamento em relação ao orçamento geral do município, observando-se como referencial de cálculo a receita mensal efetivamente arrecada pelo Município.


Parágrafo 2.º:- O numerário correspondente as dotações do Poder Legislativo, compreendidos os critérios orçamentários, suplementares e especiais, será entregue em duodécimos até o dia 20 ( vinte ) de cada mês.

Parágrafo 3.º:- Caso o Projeto de Lei que se trata o caput não seja aprovado dentro do exercício em curso, o Poder Executivo o executará até a aprovação do mesmo, através de duodécimos mensais.

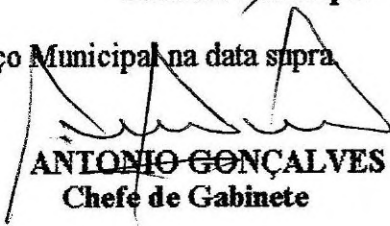
Artigo 17:- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 1.º ( primeiro ) de Janeiro de 1999.

Artigo 18: Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de São José do Barreiro, 04 de Junho de 1998.

  
**MARCO ANTONIO DE O. SANTOS**  
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal na data supra

  
**ANTONIO GONÇALVES**  
Chefe de Gabinete